



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 956/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 1614/2014 (07 Volumes).**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Edmar Vizolli, Diretor-Presidente.
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM – Informação nº. 112/2015 (fls. 1289/1286).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2976/2015-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 1287/1289v).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM. Exercício de 2013.

Contas regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendações à Origem. Notificação ao Interessado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar regular com ressalvas as contas do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM, exercício 2013, tendo como responsável o **Sr. Edmar Vizolli**, Diretor-Presidente, conforme o art. 22, inciso II, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Aplicar multa ao **Sr. Edmar Vizolli**, Diretor-Presidente, exercício de 2013, com fulcro no artigo 53, parágrafo único da Lei nº 2.423/96, no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais);

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi o art.173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.4- Recomendar à origem que observe com rigor o cumprimento das normas legais, e que:

- a) Seja criado o órgão de controle interno;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 956/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

- b)** As declarações de bens dos servidores sejam atualizadas anualmente e arquivadas corretamente nas pastas funcionais;
- c)** Observe as regras quanto aos limites dos valores dos adiantamentos;
- d)** Observe com mais rigor os procedimentos para evitar acúmulos indevidos de cargos pelos servidores do IDAM;
- e)** Atualize o Portal de Transparência do site Lei nº12.527/2011-Lei de acesso a informação quanto à implantação e manutenção dos Portais.

9.5- Notificar o interessado com cópia do Relatório/Voto, e deste Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de novembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente, em exercício

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral